

APRESENTAÇÃO

O Centro de Ciências Sociais (CCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com satisfação, traz a público o número 2 do volume 5 de **Cadernos [SYN]THESIS**. Este periódico semestral destina-se à divulgação da produção acadêmica proveniente das unidades integrantes do CCS, prioritariamente, mas é aberto a contribuições da comunidade acadêmica externa.

Nesse sentido, é encorajada a apresentação de material pertinente não só ao âmbito das diversas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, tais como: Direito, Economia, Finanças, Administração, Contabilidade, Filosofia, História, Antropologia, Sociologia, Política, Serviço Social e Relações Internacionais, mas também ao de suas interseções com outras áreas de Humanidades, como: Educação, Psicologia, Educação e Ciências Ambientais, para citar apenas alguns exemplos.

Além das seções livres, os trabalhos podem ser organizados em dossiês temáticos. Por exemplo, o próximo volume 6 – números 1 e 2, correspondentes a junho e dezembro de 2013 – incluirá dossiê cujo tema é “A intolerância religiosa e o diálogo inter-religioso”.

Refletindo a diversidade à qual a revista se propõe abranger, este número traz contribuições nas áreas de Administração, Economia, Direito, Direito e Psicologia, e História.

O primeiro trabalho, de autoria de Orlando Gonçalves Junior, Léo da Rocha Ferreira e Paulo Fernando Cidade de Araújo, examina a influência de variáveis econômicas selecionadas sobre o saldo da balança comercial do complexo agroindustrial brasileiro, no período 1970 – 2002. Além de ordenar essas variáveis por seu grau de influência, leva a recomendações para a formulação da política comercial brasileira.

Miriam Lourdes Impellizieri Luna Ferreira da Silva, no artigo intitulado “Representatividade e Poder nas Cortes Portuguesas dos Séculos XIII e XIV: a Presença dos Povos”, sob o agasalho do novo entendimento de que as Cortes se constituíam em instituições de natureza política – não propriamente jurídicas, como eram vistas no passado – analisa a participação dos setores em que se organizava a sociedade portuguesa, à época, na disputa pelo poder.

Em artigo intitulado “O Ibovespa e o Câmbio nos Dez anos de Taxa Flutuante”, José Welisson Rossi analisa o comportamento conjunto dos mercados acionário e de câmbio, no período de janeiro de 1999 a janeiro de 2009, em que se situou o referido regime. O autor confirma a existência de forte relação inversa entre os mercados, tendo refinado o estudo desse comportamento por meio da estimação de modelos com tendências não lineares. Em busca de fundamento para previsão dos retornos, testa a característica de imprevisibilidade daqueles instrumentos de risco. Em desdobramento, o autor testa também hipótese de existência de efeito-calendário que possa auxiliar na previsão do retorno daquelas variáveis.

No trabalho de pesquisa seguinte, intitulado “Alguns Apontamentos Sobre Penhor Humano, Rapto e Escravização no Norte de Moçambique entre o final do Século XIX e Início do Século XX”, Fernanda do Nascimento Thomaz estuda a transformação social e jurídica das relações sociais coletivas, no confronto com a individualidade pessoal, nos povos daquela região. São examinados a influência da colonização portuguesa e o escravismo, como características comuns àqueles povos, as quais continuaram existindo em seu processo de transformação social.

Rafael Oliveira dos Santos, no artigo “Contribuição Para uma Reflexão Crítica da Problemática do Desenvolvimento na América Latina Contemporânea”, aborda questões relativas ao discurso desenvolvimentista de

governos da região. Argumenta que o espaço e as oportunidades para a coexistência de visões de esquerda e direita – não explicitamente radicais, mas moderadas de parte a parte e mediadas por um estado supostamente democrático e, ainda, tendo em vista a urgência e a necessidade de modernização da sociedade e suas instituições – são apenas aparentes e característicos da proposição neodesenvolvimentista. Alerta para o fato de que o pensamento do Estado está carente de revisão ideológica explícita, que leve em consideração as forças de mobilização política de que é consequência.

Em “Seleção Natural Contemporânea (Cenários e Desafios da Sociedade Moderna)”, José Francisco de Souza discute causas e consequências da especialização decorrente da necessidade de divisão do trabalho, nos primórdios da civilização e, naturalmente, a progressiva eliminação de empregos, em presença da crescente automação resultante da evolução científica e tecnológica. Aborda os diversos fatores determinantes dessa irreversível tendência e seus efeitos diferenciados – especialmente a exclusão de significativa porção da sociedade globalizada. Estreita a discussão para focalizar os aspectos característicos a observar no desenho dos sistemas previdenciários públicos e privados.

A seguir, Eduardo Santos Rente, no artigo intitulado “A Competência Internacional da Justiça Brasileira e o Projeto de Lei nº 3.555/2004”, examina as duas questões pertinentes às controvérsias que surgem naturalmente, em consequência da globalização, em contratos internacionais, quais sejam, a referente ao mérito – onde pode ser aplicável legislação estrangeira – e a que diz respeito à competência do juiz brasileiro para atuar nessa classe de contencioso. Particulariza a análise dirigindo o foco aos mercados segurador e ressegurador.

Na sequência, José Marcos Domingues de Oliveira e Julia Silva Araújo Carneiro, no trabalho de pesquisa “A Compensação Ambiental Prevista pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): a ADI nº 3.378 e o Decreto nº 6.848/09”, analisam a evolução da conceituação jurídica da regulamentação

do impacto ambiental de empreendimentos que apresentem esse potencial. Discutem a propriedade da regulamentação no que tange à base do cálculo para a compensação, à discriminação dos sujeitos a essa obrigação e à questão fundamental que se refere à natureza tributária dessa compensação.

Gita Wladimirski Goldemberg e Stéfanie Kornreich, em artigo intitulado “A Interferência da Identidade Sexual dos Adotantes nas Decisões Judiciais”, abordam a questão estabelecendo como prioridade levar-se em conta o bem-estar da criança, preconizado na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, também presente na Constituição Federal e que se reflete ainda no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, igualmente ao amparo dessa Constituição Federal, a proteção aos direitos de todos, sem preconceitos, inclusive dos homossexuais.

Encerra a lista de artigos o trabalho de Gabriela Fernandez Sanchez e Márcia Monteiro Matos, “Marcos Metodológicos para Sistematização de Indicadores de Sustentabilidade da Agricultura” onde são discutidas a necessidade de formular uma definição para o que seja “agricultura sustentável” e a possibilidade de unificar-se o processo de análise desse caráter com relação à atividade agrícola. As autoras oferecem uma visão geral dos assim denominados “marcos metodológicos” correntemente adotados e examinam as características diferenciadoras entre essas orientações.

Dalthan Medeiros Simas